



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – SST



Fls. ____

Rubrica ____

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

(modelo nos termos do Decreto Estadual nº 64.378/2019)

PROCESSO: CBPM–PRC–2022–00060

UNIDADE COMPRADORA: CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO – CBPM

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS, ANÁLISE DE PROCESSOS E NEGÓCIOS, COM GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO OPERACIONAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES E DEMANDAS EXISTENTES, GARANTINDO OS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (OUTSOURCING DE MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS E DE PROCESSOS)

DECLARO ter utilizado a minuta–padrão de edital de pregão eletrônico e seus anexos objetivando a “*Prestação de serviços contínuos – participação ampla*” (v.5/2022 – 08.08.2022), disponibilizada pela Subprocuradoria Geral do Estado da Consultoria Geral no site da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo – BEC/SP (<http://www.bec.sp.gov.br>, opção “Minutas de editais”).

DECLARO, ainda, que eventuais alterações do texto padronizado foram destacadas em negrito e sublinhadas para o exame específico pela Procuradoria Geral do Estado, em atendimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

São Paulo, 21 de outubro de 2022.

JOÃO ANTONIO RIBEIRO FERREIRA
RG 7.259.690–9 SSP–SP
SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DO EDITAL

JOVIANO CONCEIÇÃO LIMA
RG 6.384.210–5 SSP–SP
CORONEL PM – DIRIGENTE DA UGE
CHEFE DE GABINETE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS



Fls. ____
Rubrica ____

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTÍNUOS – PARTICIPAÇÃO AMPLA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° CBPM-015-02.2-2022.

PROCESSO N° CBPM-PRC-2022-00060

OFERTA DE COMPRA N° 182101180582022OC00174

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22/10/2022

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08-11-2022 – às 09h30min

A Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado, por intermédio do Senhor Coronel PM JOVIANO CONCEIÇÃO LIMA, RG nº 6.384.210-5 e CPF nº 863.635.578-87, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Rua Alfredo Maia, 218, Luz, São Paulo/SP, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS, ANÁLISE DE PROCESSOS E NEGÓCIOS, COM GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO OPERACIONAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES E DEMANDAS EXISTENTES, GARANTINDO OS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (OUTSOURCING DE MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS E DE PROCESSOS)** sob o regime de **empreitada por preço unitário**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A opção da Administração por licitar de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e as normas mencionadas no parágrafo anterior observa o disposto no artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. Descrição. A presente licitação tem por objeto **a prestação de serviços especializados de manutenção, análise e desenvolvimento de sistemas, data center, rede e segurança de dados, análise de processos e**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS



Fls. ____
Rubrica ____

negócios, com gerenciamento e monitoramento operacional para suprir as necessidades e demandas existentes, garantindo os serviços de tecnologia da informação e comunicação do ambiente computacional da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado (outsourcing de manutenção, desenvolvimento de sistemas, data center, rede e segurança de dados e de processos) conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como **Anexo I**.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Participantes. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

2.2. Vedações. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

2.2.11. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (artigo 5º do Decreto Estadual nº 60.106/2014);

2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.4. Uso do sistema BEC/SP. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do site eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção “CAUFESP”), conforme Resolução CC–27, de 25 de maio de 2006.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como para a fruição do benefício de habilitação previsto na alínea “f” e subdivisão do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.4.3 e 4.1.4.4 deste Edital.

2.8. Participação de cooperativas. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de julho de 2011.

2.8.1. Às cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, estendem-se as regras previstas para as microempresas e empresas de pequeno porte referentes ao direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como à fruição do benefício de habilitação previsto na alínea “f” e subdivisão do item 5.9.

2.8.2. Para o exercício do direito de preferência e a fruição do benefício de habilitação indicados no item 2.8.1, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto no item 4.1.4.5 deste Edital.

3. PROPOSTAS

3.1. Envio. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção “PREGAO–ENTREGAR PROPOSTA”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. Preços. O preço **total mensal**, para a prestação dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do item 3.3, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados à prestação de serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.2.3. **Simples Nacional.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.3. **Data de referência.** A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes na data base da categoria profissionalmente predominante na execução do objeto contratual, que será considerada a data de referência de preços.

3.4. **Validade da proposta.** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF – FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN

4.1.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente;
 - a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

4.1.4. Declarações e outras comprovações

4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º–C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º–D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.1.4.4. Comprovação da condição de ME/EPP. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.3 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:

4.1.4.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

4.1.4.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

4.1.4.5. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

4.1.4.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

4.1.4.5.2. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.5.1 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.4.6. Declaração subscrita por representante legal da licitante, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, alvará/licença/autorização ou equivalente.

4.1.5. Qualificação técnica

4.1.5.1. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

4.1.5.1.1. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação.

4.1.5.1.1.1. A comprovação a que se refere o item 4.1.5.1.1 poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante;

4.1.5.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

4.2. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.2.3. Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto do contrato, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.2.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. **Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. **Análise.** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. **Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e incidirá sobre o valor mensal total.

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

5.5. Classificação. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. Empate ficto. Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.6.4. Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 do Edital, se for o caso.

5.7. Negociação. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.8. Aceitabilidade. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores de mercado vigentes na data de referência de preços, apurados mediante pesquisa realizada pela Unidade Compradora que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.8.3.1. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.2. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.

5.8.3.3. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;

b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do Sistema BEC/SP ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

e.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou

e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.13. **Exame da oferta subsequente.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os itens 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1. **Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção “RECURSO”. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. **Homologação.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

6.7. Adjudicação. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. **Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. **Remissão ao Termo de Referência.** O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

9. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

9.1. Remissão ao contrato. Os serviços executados serão objeto de medição mensal, que será realizada de acordo com as condições estabelecidas no termo de contrato, cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital.

10. PAGAMENTOS E REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. **Remissão ao contrato.** Os pagamentos e o reajuste de preços serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. **Celebração do contrato.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo V**.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



11.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

11.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

11.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

11.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

11.1.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

11.1.4.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

11.1.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

11.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração do contrato:

11.1.5.1. A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital;

11.1.5.2. A indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2. A adjudicatária será convocada pela Unidade Compradora para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3. **Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS



Fls. ____
Rubrica ____

- 11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;
- 11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.
- 11.3.3. Recusar-se a assinar o contrato ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos;
- 11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- 11.4 A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- 11.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.
- 11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. **Impedimento de licitar e contratar.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.
- 12.2. **Multas e registro.** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.
- 12.3. **Autonomia.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.4. **Descontos.** O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.
- 12.5. **Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Garantia. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia no percentual de [5]% (cinco por cento), incidente sobre o valor correspondente a 12 (doze) meses de contratação, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993.

13.1.1. A não prestação da garantia de execução equivale à recusa injustificada para a assinatura do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes.

13.2. Modalidades. A licitante vencedora poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

13.2.1. Dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Unidade Compradora no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS



Fls. ____
Rubrica ____

13.2.2. Títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

13.2.3. Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.2.4. Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.3 do Edital. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, a licitante vencedora poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados no item 13.3 do Edital.

13.3. Cobertura. A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.3.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

13.3.2. prejuízos diretos causados à Unidade Compradora decorrentes de culpa ou dolo da contratada durante a execução do objeto do contrato;

13.3.3. multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela Unidade Compradora à contratada; e

13.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela contratada, quando couber.

13.4. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

13.4.1. Caso fortuito ou força maior;

13.4.2. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Unidade Compradora;

13.4.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

13.5. Validade da garantia. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Compradora após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia;

13.6. Readequação. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação dos prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (Trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Unidade Compradora para fazê-lo.

13.7. Extinção. Decorrido o prazo de validade da garantia, e desde que constatado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, esta será considerada extinta com a devolução da apólice, da carta-fiança ou com a autorização concedida pela Unidade Compradora para que a contratada realize o levantamento do depósito em dinheiro.

14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1. **Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.2. **Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



14.2.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.3. **Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. **Interpretação.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pela Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP.

15.3. **Atas.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

15.4. **Sigilo dos licitantes.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

15.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

15.7. **Saneamento de erros e falhas.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. **Publicidade.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS" e www.bec.sp.gov.br, opção "PREGÃO ELETRÔNICO".

15.9. **Prazos.** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.10. **Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.11. **Anexos.** Integram o presente Edital:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- Anexo I** – Termo de Referência;
Anexo II – Modelo de planilha de proposta;
Anexo III – Modelos de Declarações;
Anexo IV – Resolução da SSP/SP nº 333/2005 e Resolução SSP/SP nº 92, de 23-10-2019;
Anexo V – Minuta de Termo de Contrato.

São Paulo, 21 de outubro de 2022.

JOÃO ANTONIO RIBEIRO FERREIRA
Coronel PM – Assessor Técnico de Saúde
SUBSCRITOR DO EDITAL



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DE DATA CENTER, DE REDE E SEGURANÇA DE DADOS, ANÁLISE DE PROCESSOS E NEGÓCIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO OPERACIONAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES E DEMANDAS EXISTENTES, GARANTINDO OS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) DO AMBIENTE DA CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (OUTSOURCING DE MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS E DE PROCESSOS).*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS



Fls. ____
Rubrica ____

1. OBJETO

Contratação de Prestação de Serviços Especializados de Manutenção, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Data Center, Rede e Segurança de Dados, Análise de Processos e Negócios, com gerenciamento e monitoramento operacional para suprir as necessidades e demandas existentes, garantindo os serviços de tecnologia da informação e comunicação do ambiente computacional da CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO.

1.1. O local da prestação de serviço será na sede da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado (CBPM), na Rua Alfredo Maia, 218 – Luz – São Paulo – SP – CEP: 01106-010, São Paulo/SP e excepcionalmente na sede do Hospital Cruz Azul São Paulo, situado na Rua Albuquerque Lins, nº 356, Cambuci – SP e na sede do CPD–Data Center PMESP, situado a rua Ribeiro de Lima, nº 140, Bom Retiro – SP.

O contrato terá validade de 30 (trinta) meses, prorrogável por mais 30 (trinta) meses até o limite de 60 (sessenta) meses.

2. SOLUÇÃO DESEJADA

2.1. A solução desejada pela CONTRATANTE contempla a contratação de Serviços Técnicos Especializados de Manutenção, Análise, Desenvolvimento de Sistemas, de Data Center, Rede e Segurança de Dados e Análise de Processos e Negócios, com gerenciamento e monitoramento operacional visando a integridade da atual infraestrutura tecnológica, sua disponibilidade e sua atualização, buscando a excelência no Serviço prestado à CBPM e ao seu público interno e externo.

2.2. Compreende assistência ao usuário de informática e realização de operações e intervenções técnicas de natureza complexa, necessárias ao melhor funcionamento (*tuning*) e o máximo rendimento do ambiente computacional (*hardwares e softwares*) em uso ou que venham a ser incorporados pela CONTRATANTE.

2.3. Todas as instâncias do serviço deverão efetuar os gerenciamentos próprios, em perfeita conformidade com as melhores práticas de gestão de serviços de TIC, conforme preconizadas pela ITIL® v3 (*Information Technology Infrastructure Library*);

2.4. A solução desejada consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços de TIC, de acordo com as áreas e perfis de atuação descritas abaixo:

Tipo de Serviço	Descrição
A	Administração e supervisão de redes de comunicação e conectividade
B	Análise de negócios e infraestrutura de TIC
C	Administração de Dados
D	Desenvolvimento de Sistemas e Gestão de Projetos
E	Auxiliar de Back Office
F	Sustentação de Sistemas e Sustentação de Sistemas Legados (legados são sistemas que foram substituídos, mas que precisam ser mantidos, normalmente ocorre por tempo determinado)

2.5. Os serviços serão prestados nas dependências do prédio Sede da (CBPM), situado na Rua Alfredo Maia, nº 218, Luz, SP e excepcionalmente na sede do Hospital Cruz Azul São Paulo, situado na Rua Albuquerque Lins, nº 356, Cambuci – SP e na sede do CPD–Data Center PMESP, situado na rua Ribeiro de Lima, nº 140, Bom Retiro – SP.

2.6. O horário de trabalho será de segunda à sexta-feira, ao longo do período de 08h00min a 17h00min, obedecendo o escalonamento de horário a ser estabelecido pela CONTRATANTE.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.7. A CONTRATADA deverá instalar nos locais de trabalho de seus funcionários, sistema eletrônico de controle dos horários de entrada, almoço e saída dos mesmos. O referido sistema deverá, necessariamente, gerar relatórios contendo as informações pertinentes, que, dessa forma, servirão de base para comprovação do cumprimento do horário de trabalho

2.8. Detalhamento dos Serviços

2.8.1. Tipo de Serviço “A” – Administração e supervisão de redes de comunicação e conectividade:

A solução estabelecida reside na constituição de uma equipe operacional que será a responsável pelos serviços de apoio técnico à infraestrutura e ao gerenciamento de sistemas e de tecnologias de redes computacionais (considerando-se, neste conjunto, redes locais, redes de longa distância *intranet* e *internet*) e, além de recursos de conectividade e de comunicação digital. Tudo, em absoluta conformidade com as normas, diretrizes e procedimentos definidos pela CONTRATANTE, no sentido de garantir, dessa forma, a capacidade instalada, a disponibilidade, a integridade e o sigilo das informações corporativas.

2.8.1.1. Atividades da Função de Administrador Redes e Conectividade

2.8.1.1.1. Apoio nos processos de implantação e manutenção da rede Intragov (rede WAN de comunicação do Governo do Estado de São Paulo) segundo demandas, diretrizes, prioridades e procedimentos definidos pela CONTRATANTE;

2.8.1.1.2. Apoio à gestão de manutenção e avaliação de desempenho dos serviços disponíveis de conectividade;

2.8.1.1.3. Avaliação constante de desempenho de redes, utilizando *software* e equipamentos eletrônicos de precisão; homologação de novos produtos de rede e conectividade (*software* e *hardware*);

2.8.1.1.4. Apoio à gestão de inventário dos recursos de TIC postos à disposição dos usuários da rede corporativa (*hardware* e *software*);

2.8.1.1.5. Monitoramento de servidores, manutenção de *software* de servidores, administração operacional de rede;

2.8.1.1.6. Manutenção da integridade de dados corporativos;

2.8.1.1.7. Administração de contas de usuários (*e-mail*, *login*, espaço em disco, etc.);

2.8.1.1.8. Aplicação de *service packs* para atualização de *software* básico e correção de falhas de segurança;

2.8.1.1.9. Instalação e desinstalação, montagem e desmontagem, configuração, testes e execução de manutenção de hardware e software e demais ativos de rede local de computadores, até o ponto onde se localizam os conectores físicos;

2.8.1.1.10. Elaboração de relatórios de todas e quaisquer ocorrências verificadas;

2.8.1.1.11. Procedimentos de rotinas de salvaguarda de arquivos;

2.8.1.1.12. Monitoração dos defeitos nos equipamentos centrais;

2.8.1.1.13. Organização e controle da manutenção técnica dos recursos de rede e conectividade, acompanhamento da correção dos problemas apresentados;

2.8.1.1.14. Alinhamento com a equipe técnica segundo diretrizes dos gestores da área de TI; e

2.8.1.1.15. Outros serviços correlatos em atendimento a demandas apresentadas pela CONTRATANTE.

2.8.1.2. Atividades da Função de Supervisor de Redes & Conectividade – A CONTRATADA deverá dispor de Serviços de Supervisão de Redes e Conectividade, com dedicação única e exclusiva, responsável pela administração dos recursos humanos e da produtividade do respectivo setor, além da administração dos serviços contratados e das respectivas atividades técnicas desenvolvidas, conforme descrito a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.8.1.2.1. Interagir com os representantes da CONTRATANTE para tratar dos assuntos referentes à gestão da qualidade e demais assuntos pertinentes aos serviços previstos nesta contratação;

2.8.1.2.2. Avaliar o desempenho, identificar necessidades e promover ações objetivas de realinhamento de metas e qualidade dos serviços, conforme metas e SLA (*Service Level Agreement*) definidos nos planos de trabalhos a serem desenvolvidos e aprovados pelas partes, item 3.1.2.4;

2.8.1.2.3. Planejar e conduzir reuniões de coordenação dos esforços, conscientização de objetivos, motivação e de capacitação profissional dos colaboradores de nível operacional, visando o constante desenvolvimento e aperfeiçoamento da equipe;

2.8.1.2.4. Acompanhar periodicamente a qualidade de atendimento da equipe e realizar reuniões de alinhamento periódicas, visando o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados;

2.8.1.2.5. Responder pela qualidade do atendimento da operação;

2.8.1.2.6. Cumprir os prazos exigidos pela CONTRATANTE;

2.8.1.2.7. Analisar os resultados da operação, propondo ações de melhoria para a CBPM;

2.8.1.2.8. Participar de reuniões de definição de processos e novos procedimentos quando convocados pela CONTRATANTE;

2.8.1.2.9. Atuar no 2º nível de chamados relacionados a Redes & Conectividade, quando acionados.

2.8.2. Tipo de Serviço “B” – Análise de negócios e infraestrutura de TIC: A solução ora estabelecida, denominada Análise de Negócios e Infraestrutura de TIC, considera a constituição de uma área que terá a responsabilidade de levar à prática as atividades discriminadas a seguir:

2.8.2.1. Realizar a interface da área de TIC com os seus clientes internos e externos, atuando em demandas relacionadas à estratégia da CONTRATANTE em seus processos de trabalho;

2.8.2.2. Auxiliar na formulação de documentação técnica que atendam às necessidades da CONTRATANTE. Apoio na preparação do ambiente e interfaces com as áreas de infraestrutura (Suporte Técnico, Redes & Conectividade, Administração de Dados), a fim de garantir a qualidade na prestação dos serviços;

2.8.2.3. Analisar, propor e apresentar alternativas para as demandas de TIC solicitadas pela CBPM, visando identificar a alternativa que possua o melhor custo/benefício. Elaborar descritivos técnicos, com o objetivo de reduzir os riscos inerentes ao processo de contratação de produtos e serviços de terceiros;

2.8.2.4. Realizar atendimento VIP (*Very Important Person*) de incidentes e requisições de serviços, de forma a apoiar as demais áreas na qualidade e agilidade do atendimento a esse público interno.

2.8.3. Tipo de Serviço “C” – Administração de Dados: A solução estabelecida, ora denominada por Administração de Dados, considera a disponibilização de recursos humanos que serão responsáveis pelas atividades discriminadas a seguir:

2.8.3.1. Planejamento, criação, implantação e manutenção de bancos de dados relacionais;

2.8.3.2. Elaboração de proposta de procedimentos a serem utilizados por sistemas *intranet* e *internet*, bem como manutenção e atualização de dados fornecidos por outros sistemas de banco de dados;

2.8.3.3. Integração de informações de sistemas, modelagem e análise de necessidades de informações a fim de criar rotinas automáticas de atualizações e transferências das mesmas; atualização e manutenção de base de dados OLAP (*Online Analytical Processing*);

2.8.3.4. Administração de dados; programação padrão em bancos de dados relacionais: criação de *stored procedures*, *packages*, *triggers*;

2.8.3.5. Elaboração de projeto, modelagem e desenvolvimento de base de dados relacional e multidimensional; contatos com usuários para levantamento de dados;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.8.3.6. Definição de padrões e regras de procedimentos para funcionamento da área de administração de dados;

2.8.3.7. Análise de desempenho e *tunning* de banco de dados, processos de extração, transformação e carga (ETL–Extract Transform and Load), para criação de modelos dimensionais utilizados por gerenciadores OLAP;

2.8.3.8. Análise, modelagem de dados e desenvolvimento do sistema;

2.8.3.9. Criação de rotina de *backup*;

2.8.3.10. Planejamento, modelagem, desenvolvimento, implantação, monitoramento, controle, suporte e manutenção de bases de dados de sistemas com objetivos de garantir o armazenamento, o acesso para atualização, a consistência, a integridade, a disponibilidade e a segurança das informações de sistemas, com utilização de tecnologias cliente/servidor (C/S) em redes locais de computadores padronizadas com Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD);

2.8.3.11. Alinhamento com a equipe técnica segundo diretrizes dos gestores da área de TIC; e

2.8.3.12. Outros serviços correlatos em atendimento a demandas apresentadas pelos gestores da área de TIC.

2.8.4. Tipo de Serviço “D” –Desenvolvimento de Sistemas e Gestão de Projetos – A solução estabelecida, denominada de Desenvolvimento de Sistemas, consiste na constituição de uma técnica, multidisciplinar, que será a responsável pelas atividades de desenvolvimento de novos sistemas computacionais e de portais virtuais corporativos; pela mensuração da complexidade e da extensão dos sistemas computacionais a serem desenvolvidos, por intermédio de métrica reconhecida e aceita pelo mercado; pelo gerenciamento dos projetos de software através do uso das melhores práticas reconhecidas e aceitas pelo mercado, conforme o caso concreto; pelos testes de *software* unitários e gerais e pela administração de dados e sistemas de suporte à área de TI e de negócio.

2.8.4.1. Atividades da função de Desenvolvedor de Sistemas

2.8.4.1.1. Elicitação e modelagem de requisitos de *software* pelo uso, respectivamente, de técnicas e de linguagens reconhecidas e aceitas pelo mercado, conforme o caso concreto. Entre as técnicas e as linguagens, destacam-se, respectivamente, entre outras o JAD (*Joint Application Design*) e a UML (*Unified Modeling Language*);

2.8.4.1.2. Projeto de *software* a partir dos insumos produzidos pelas atividades de elicitação e modelagem de requisitos, por intermédio de processos e de linguagens aceitas e reconhecidas pelo mercado. Entre os processos e as linguagens, destacam-se, respectivamente, entre outros o RUP (*Rational Unified Process*) e a UML (*Unified Modeling Language*);

2.8.4.1.3. Elaboração e compilação de código-fonte, implantação, configuração, teste e implantação de programas de computador para ambiente com tecnologias cliente/servidor em duas ou mais camadas (camada *Web*, de aplicação e de base de dados);

2.8.4.1.4. Modelagem Estruturada e Orientada a Objetos, dentro dos conceitos metodológicos da Engenharia de *Software*; implantação, configuração, teste e manutenção de programas computacionais;

2.8.4.1.5. Análise de requisitos, especificação funcional e técnica por intermédio do uso individual ou compartilhado das seguintes ferramentas: UML, *RESTFull*, *WebService* (XML/SOA/SOAP), *Javascript*, *jQuery 1.11*, *Bootstrap 3.2*, Orientação a Objeto, MVC, *Git*, *SVN*, *ASP.NET*, *C#*, *Reporting Services*, *jQuery.UI*, *PHP 5.4+*, *CakePHP*, *NodeJS*, *Socket.IO* e de Assinatura Digital;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.8.4.1.6. Serviços de desenvolvimento lógico e físico, implantação e manutenção (corretiva e evolutiva) de sistemas estruturados e orientados a objetos construídos pela tecnologia cliente-servidor em duas ou mais camadas (camada *Web*, de aplicação e de base de dados);

2.8.4.1.7. Planejamento, especificação, formatação, monitoramento, controle, extração e apresentação de dados dos sistemas para disponibilização aos usuários;

2.8.4.1.8. Modelagem, desenvolvimento, manutenção e integração de sistemas e recursos *Web* (*intranet* e *internet*), visando eficiência dos aspectos tecnológicos e organizacionais dos sistemas e dos respectivos serviços prestados aos usuários, clientes e interlocutores organizacionais;

2.8.4.1.9. Alinhamento com a equipe técnica segundo diretrizes operacionais da área de TI da CONTRATANTE;

2.8.4.1.10. Outros serviços correlatos em atendimento às demandas apresentadas pelos profissionais da área de TIC e da CONTRATANTE.

2.8.4.2. Atividades da função de Gestor de Projetos (Desenvolvimento de Sistemas) – Deverá dispor de serviços de Gestão de Projetos (Desenvolvimento de Sistemas), com dedicação única e exclusiva. Será o responsável pelo gerenciamento dos projetos, dos recursos humanos e da produtividade da equipe de desenvolvimento de sistemas. O profissional obrigatoriamente deverá possuir os seguintes requisitos mínimos: formação superior na área de TIC, especialização *latu sensu* em gerenciamento de projetos, certificações em gerenciamento de projetos (*PMP–Project Management Professional*) ou *PRINCE2– Projects in Controlled Environments*), Governança de TIC (*COBIT–Control Objectives for Information and related Technology*) e *Scrum Master*. Deverá realizar as atividades descritas a seguir:

2.8.4.2.1. Gerenciamento de projetos de *software* segundo metodologias e práticas reconhecidas e aceitas pelo mercado;

2.8.4.2.2. Gerenciamento de portfólio de projetos;

2.8.4.2.3. Definição e manutenção de metodologia de gerenciamento de projetos;

2.8.4.2.4. Implantação de solução e ferramentas de gerenciamento de projetos;

2.8.4.2.5. Planejamento, monitoramento e controle de cronograma e demais atividades;

2.8.4.2.6. Gerenciamento dos recursos humanos (Desenvolvedores de Sistemas);

2.8.4.2.7. Gerenciamento da qualidade, custo, prazo e escopo de projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas;

2.8.4.2.8. Interagir com os representantes da CONTRATANTE para tratar dos assuntos pertinentes aos serviços previstos nesta contratação;

2.8.4.2.9. Avaliar o desempenho, identificar necessidades e promover ações objetivas de realinhamento de metas e qualidade dos serviços;

2.8.4.2.10. Planejar e conduzir reuniões de coordenação dos esforços, conscientização de objetivos, motivação e de capacitação profissional dos colaboradores de nível operacional, visando o constante desenvolvimento e aperfeiçoamento da equipe;

2.8.4.2.11. Acompanhar periodicamente a qualidade de atendimento da equipe e realizar reuniões de calibração periódicas, visando o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados;

2.8.4.2.12. Buscar o cumprimento dos prazos exigidos pela CONTRATANTE;

2.8.4.2.13. Redirecionar os relatórios de desempenho da operação para os responsáveis da CONTRATANTE de acordo com os prazos e modelos exigidos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.8.5. Tipo de Serviço “E” – Auxiliar de Back Office – A solução estabelecida, denominada Auxiliar de *Backoffice*, será levada à prática por meio da disponibilização de profissionais que serão responsáveis pelas atividades discriminadas a seguir:

- 2.8.5.1.** Operação e tratamento de processos internos de TIC e correlacionados dos núcleos ou unidades da CONTRATANTE;
- 2.8.5.2.** Manipulação de registros em papel e sistemas;
- 2.8.5.3.** Tarefas administrativas relacionadas a sistemas computacionais;
- 2.8.5.4.** Tratamento e elaboração de documentos para digitação;
- 2.8.5.5.** Inserção em programas de computador.

2.8.6. Tipo de Serviço “F” – Sustentação de Sistemas e Sustentação de Sistemas Legados – A solução estabelecida será levada à prática exatamente nas condições e situações que foram descritas no item 2.9.4 da presente seção deste memorial. A mesma equipe técnica, multidisciplinar, responsável pelo desenvolvimento de sistemas, também será a responsável pela sustentação dos sistemas e dos sistemas legados.

2.9. Relatórios Técnicos e Contratuais – Relativamente aos Tipos de Serviços estabelecidos a seguir, deverão ser produzidos mensalmente relatórios técnicos e gerenciais a serem apresentados em reuniões previamente agendadas, de forma a garantir o cumprimento do Plano de Comunicação a ser acordado entre contratante e contratada no início das atividades relativas à prestação dos serviços:

- 2.9.1.** TIPO DE SERVIÇO A – REDES & CONECTIVIDADE;
- 2.9.2.** TIPO DE SERVIÇO B – ANÁLISE DE NEGÓCIOS E INFRAESTRUTURA DE TIC;
- 2.9.3.** TIPO DE SERVIÇO C – ADMINISTRAÇÃO DE DADOS;
- 2.9.4.** TIPO DE SERVIÇO D – DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E GESTÃO DE PROJETOS;

2.10. Qualificações técnicas da contratada (empresa CONTRATADA) –A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

2.10.1. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação.

2.10.2. A comprovação a que se refere o item 2.10. poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante;

2.10.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

2.10.4. Atestado(s) de capacidade técnica operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível, nos termos da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em características com o objeto da licitação.

2.11. Qualificações técnicas dos profissionais da CONTRATADA – Deverão ser apresentadas as seguintes certificações profissionais, de forma a atestar a capacidade técnica dos profissionais atuantes na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



prestadora de serviço, A comprovação da qualificação técnica dos profissionais dar-se-á mediante a apresentação das certificações cujos prazos estejam dentro dos períodos de validade determinados, ou que sejam válidas em períodos indeterminados conforme segue:

Certificação	Órgão Certificador
PMP (Gerenciamento de Projetos)	PMI
CCNA – Cisco Certified Network Associate	CISCO
SQL Server 2008 – Implementation and Maintenance (70–432); OU, Administering Microsoft SQL Server 2012 (70–462)	Microsoft

2.11.1.1. Analista de Desenvolvimento/Programação de Sistemas – Pleno

2.11.1.1.1. Quantidades estimadas:

2.11.1.1.1.1. Quantidades total em horas mensais 336 (trezentos e trinta e seis) horas;

2.11.1.1.1.2. Quantidade total em horas para 30 (trinta) meses: 10.080 (dez mil e oitenta horas).

2.11.1.1.2. Requisitos básicos:

2.11.1.1.2.1. Deverá ter participado de treinamento formal sobre Desenvolvedor/Programador de Sistemas e Administrador de Banco de Dados – SQL Server com no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração, com certificado de participação reconhecido no mercado;

2.11.1.1.3. Habilidades e Capacitação (Formação/especialização/capacitação):

2.11.1.1.3.1. Desenvolver aplicações, sistemas e funcionalidades, com conhecimento e capacitação;

2.11.1.1.3.2. linguagem C#;

2.11.1.1.3.3. Asp.net;

2.11.1.1.3.4. JavaScript;

2.11.1.1.3.5. Banco de Dados SQL Server 2019 e;

2.11.1.1.3.6. Delphi.

2.11.1.1.4. Atribuições técnicas:

2.11.1.1.4.1. Os serviços de desenvolvimento/Programador de Sistema deverão ser prestados em horário de expediente administrativo da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado (CBPM), isto é, 08 (oito) horas por dia, 05 (cinco) dias por semana, na sede e localidades indicadas pela CBPM, de acordo com solicitação da CONTRATANTE, a qualquer período da vigência desse contrato, devendo cumprir escala de sobreaviso para acionamento fora do horário de expediente mediante requisição de horas extras adicionais ao contrato original;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.11.1.4.2. Atualizar, corrigir, desenvolver e fazer manutenção de funcionalidades nos sistemas existentes;

2.11.1.4.3. Desenvolver aplicações desktop e web a fim de facilitar o dia a dia da equipe;

2.11.1.4.4. Desenvolvimento de integrações com sistemas diversos, internos e externos;

2.11.1.4.5. Formação do Pessoal deverá ser superior completa em Tecnologia da Informação (Análise de Sistemas/Ciência/Engenharia da Computação) ou similar, mediante comprovação da documentação a ser apresentada no ato da apresentação do profissional no ambiente de trabalho;

2.11.1.4.6. Suporte as aplicações existentes dos Sistemas Info CBPM, SAM, SAC – Atendimento a Clientes–GLPI e SCST–GLPI;

2.11.1.4.7. Atividades de análise/programação com base em Javascript, C#, ASP.NET e Webservice;

2.11.1.4.8. Relatório técnico referente às visitas realizadas e documentação técnica das implementações e alterações executadas, estas informações serão compiladas em uma base de conhecimento única e que deverão ser utilizadas para futuras implementações;

2.11.1.4.9. Deverão ser observadas as normas de segurança no trabalho, com EPI e cursos necessários a cargo da CONTRATADA.

2.11.2. Analista de Desenvolvimento/Programação de Sistemas Web – Front-End – Pleno

2.11.2.1. Quantidades estimadas:

2.11.2.1.1. Quantidades total em horas mensais 168 (cento e sessenta e oito) horas;

2.11.2.1.2. Quantidade total em horas para 30 (trinta) meses: 5.040 (cinco mil e quarenta) horas.

2.11.2.2. Requisitos básicos:

2.12.2.1. Deverá ter participado de treinamento formal sobre Desenvolvedor/Programador de Sistemas Web – Front-End e Administrador de Banco de Dados – SQL Server com no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração, com certificado de participação reconhecido no mercado;

2.11.2.3. Habilidades e Capacitação (Formação/especialização/capacitação)

2.11.2.3.1. HTML (*HyperText Markup Language*);

2.11.2.3.2. CSS (*Cascading Style Sheets*);

2.11.2.3.3. C# Sharp;

2.11.2.3.4. Javascript;

2.11.2.3.5. Framew Works;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- 2.11.2.3.6.** *jQuery;*
- 2.11.2.3.7.** *React JavaScript;*
- 2.11.2.3.8.** *Servidor WEB NGINX,*
- 2.11.2.3.9.** *Node JavaScript*
- 2.11.2.3.10.** *Versionamento;*
- 2.11.2.3.11.** Banco de Dados (SQL ou NoSQL);
- 2.11.2.3.12.** Controle de Versão/GIT;
- 2.11.2.3.13.** Design Responsivo;
- 2.11.2.3.14.** Teste e Depuração;
- 2.11.2.3.15.** Ferramentas de Desenvolvimento do Navegador;
- 2.11.2.3.16.** Ferramentas de Automação e *BUILD*/Desempenho WEB;
- 2.11.2.3.17.** Linha de Comandos;
- 2.11.2.3.18.** *SOFT SKILLS!*.
- 2.11.2.4. Atribuições técnicas:**

2.11.2.4.1. Os serviços de desenvolvimento/Programador de Sistemas Web – Front–End deverão ser prestados em horário de expediente administrativo da CBPM, isto é, 08 (oito) horas por dia, 05 (cinco) dias por semana, na sede e localidades indicadas pela Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado, de acordo com solicitação da CONTRATANTE, a qualquer período da vigência desse contrato, devendo cumprir escala de sobreaviso para acionamento fora do horário de expediente mediante requisição de horas extras adicionais ao contrato original;

2.11.2.4.2. Habilidades para lidar com muitas tarefas ao mesmo tempo e trabalhar em equipe;

2.11.2.4.3. Compreensão do processo completo de criação de websites (desde o design, desenvolvimento até a entrega);

2.11.2.4.4. Familiaridade com desenvolvimento cross–browser e responsivo;

2.11.2.4.5. Desenvolver softwares de acordo com padrões de tecnologia já existentes e alinhado com a equipe;

2.11.2.4.6. Desenvolvimento *Backend* em Node JavaScript e *Frontend* em *React JavaScript*;

2.11.2.4.7. Avaliação de código, correção de erros e implementação de melhorias em códigos;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.11.2.4.8. Sugestões de como otimizar aplicações para melhor velocidade, desempenho e escalabilidade;

2.11.2.4.9. Conhecimentos em Linux;

2.11.2.4.10. Conhecimento e domínio em servidor Web NGINX;

2.11.2.4.11. Experiência em sistema de versionamento de código (GIT);

2.11.2.4.12. Saber implementar regras de segurança de acesso a aplicações web (implementar perfis de acesso, permitir ou não acesso simultâneo, autenticação de usuários, AAuth (Autenticação Avançada), criptografia de *cookies*, controle de tempo de inatividade);

2.11.2.4.13. Identificar e corrigir vulnerabilidades nas aplicações;

2.11.2.4.14. Domínio de conceitos de programação (estruturas de dados, lógica de programação, algoritmos, objetos, criação de módulos *javascript*);

2.11.2.4.15. Formação do Pessoal deverá ser superior completa em Tecnologia da Informação (Análise de Sistemas/Ciência/Engenharia da Computação) ou similar;

2.11.2.4.16. Relatório técnico referente às visitas realizadas e documentação técnica das implementações e alterações executadas, estas informações serão compiladas em uma base de conhecimento única e que deverão ser utilizadas para futuras implementações;

2.11.2.4.17. Deverão ser observadas as normas de segurança no trabalho, com EPI e cursos necessários a cargo da CONTRATADA.

2.11.3. Analista de Data Center, Rede e Segurança de Dados – Pleno

2.11.3.1. Quantidades estimadas:

2.11.3.1.1. Quantidades total em horas mensais 168 (cento e sessenta e oito) horas;

2.11.3.1.2. Quantidade total em horas para 30 (trinta) meses: 5.080 (cinco mil e oitenta) horas.

2.11.3.2. Requisitos básicos:

2.11.3.2.1. Deverá ter participado de treinamento formal sobre Análise, Gerenciamento e Manutenção de Data Center, Rede e Segurança de Dados de TIC com no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração, com certificado de participação reconhecido no mercado.

2.11.3.3. Habilidades e Capacitação (Formação/especialização/capacitação):

2.11.3.3.1. Conhecimento e capacitação em Controle de Acesso, Virtualização, DNS, DHCP;

2.11.3.3.2. Gerenciamento de *Backup/Restore*, Roteamento, Segurança, Servidores Windows;

2.11.3.3.3. Funcionalidades de:

2.11.3.3.3.1. *Active Directory*, GPO, WSUS, Terminal Server, DFS, IIS, SCCM;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.11.3.3.3.2. *Servidores Linux, OpenLDAP, Samba, Apache, NFS, Ip Tables;*

2.11.3.3.3.3. *Bases de Dados, SQL Server, Oracle, MySQL, PostgreSQL;*

2.11.3.3.3.4. *Firewall– Dell SonicWall, Mickrotik, Sophos, Pfsense.*

2.11.3.4. Atribuições técnicas:

2.11.3.4.1. Os serviços de Analista de Data Center, Rede e Segurança de Dados, deverão ser prestados em horário de expediente administrativo da CBPM, isto é, 08 (oito) horas por dia, 05 (cinco) dias por semana, na sede e localidades indicadas pela Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado, de acordo com solicitação da CONTRATANTE, a qualquer período da vigência desse contrato, devendo cumprir escala de sobreaviso para acionamento fora do horário de expediente mediante requisição de horas extras adicionais ao contrato original;

2.11.3.4.2. Administração de serviços de infraestrutura (AD, DHCP, DNS, GPO, *SCRIPT*, *File Server*, *Print Server*, etc.);

2.11.3.4.3. Sustentação das rotinas de backup (monitoramento, testes de *restore*, correção, etc.);

2.11.3.4.4. Atividades de monitoramento de servidores e datacenters (saúde, performance, alertas, chamados com garantia de terceiros, etc);

2.11.3.4.5. Atividades em sustentação dos ambientes de virtualização VM Ware;

2.11.3.4.6. Administração de Sistemas Operacionais Windows e Linux;

2.11.3.4.7. Administração do Ambiente de Nuvem (Office 365, *Azure*);

2.11.3.4.8. Formação do Pessoal deverá ser superior completa em Tecnologia da Informação (Rede/Segurança/Engenharia da Computação) ou similar;

2.11.3.4.9. Relatório técnico referente às visitas realizadas e documentação técnica das implementações e alterações executadas, estas informações serão compiladas em uma base de conhecimento única e que deverão ser utilizadas para futuras implementações;

2.11.3.4.10. Deverão ser observadas as normas de segurança no trabalho, com EPI e cursos necessários a cargo da CONTRATADA.

2.11.4. Analista de Processos e Negócios de TIC – Pleno

2.11.4.1. Quantidades estimadas:

2.11.4.1.1. Quantidades total em horas mensais 168 (cento e sessenta e oito) horas;

2.11.4.1.2. Quantidade total em horas para 30 (trinta) meses: 5.080 (cinco mil e oitenta) horas.

2.11.4.2. Requisitos básicos:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- 2.11.4.2.1.** Conhecimento e capacitação em Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- 2.11.4.2.2.** BPM (*Business Process Management*);
- 2.11.4.2.3.** Gestão de Processos;
- 2.11.4.2.4.** Gestão de Projetos;
- 2.11.4.2.5.** Eficiência Operacional;
- 2.11.4.2.6.** Ferramentas (PDCA; *Ishikawa*, SWOT, Fluxograma, Mapa Mental e DMAIC, VISIO e ARIS);
- 2.11.4.2.7.** Gerenciamento de Processos de Negócio: Conceitos Fundamentais e Alinhamento Estratégico;
- 2.11.4.2.8.** Modelagem de Processos de Negócio: Propositamente tratando em maior detalhe apenas a notação BPMN (*Business Process Model and Notation*) e com referência ao uso de ferramentas;
- 2.11.4.2.9.** Análise de Processos: Com referência ao uso de ferramentas de BPMS (*Business Process Management Software*) em suas atividades;
- 2.11.4.2.10.** Desenho de Processos: Com referência ao uso de ferramentas de BPMS em suas atividades;
- 2.11.4.2.11.** Tecnologias de Apoio: Com apresentação da arquitetura interna das ferramentas e suas capacidades;
- 2.11.4.2.12.** Competências e Habilidades essenciais ao analista de processos BPM:
- 2.11.4.2.12.1.** Levantamentos de requisitos de processo;
- 2.11.4.2.12.2.** Mapeamento de processo;
- 2.11.4.2.12.3.** Criação de indicadores de desempenho de processos;
- 2.11.4.2.12.4.** Conhecimentos sobre BPM;
- 2.11.4.2.12.5.** Análise e diagnóstico de processos;
- 2.11.4.2.12.6.** Modelagem de processos;
- 2.11.4.2.12.7.** Técnicas de melhoria de processos;
- 2.11.4.2.12.8.** Arquitetura organizacional orientada por processos;
- 2.11.4.2.12.9.** Melhoria de processos com foco do cliente;
- 2.11.4.2.12.10.** Conhecimento de metodologias práticas para implantação de BPM;
- 2.11.4.2.12.11.** Técnicas avançadas de medição de valor;
- 2.11.4.2.12.12.** Formação em Gestor de Processos;
- 2.11.4.2.12.13.** Implantação de escritório de processos;
- 2.11.4.2.12.14.** Conhecimentos avançados no BPM;
- 2.11.4.2.12.15.** Impacto de BPM em pequenas e médias empresas;
- 2.11.4.2.12.16.** Empreendedorismo e BPM.
- 2.11.4.2.13.** Competências e Habilidades essenciais ao analista de Negócios – IIBA (*International Institute of Business Analysis*):
- 2.11.4.2.13.1.** Habilidades de comunicação oral e escrita;
- 2.11.4.2.13.2.** Habilidades interpessoais e consultivas;
- 2.11.4.2.13.3.** Habilidades de facilitação;
- 2.11.4.2.13.4.** Pensamento analítico e resolução de problemas;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- 2.11.4.2.13.5.** Sendo detalhista e capaz de fornecer um alto nível de precisão;
- 2.11.4.2.13.6.** Habilidades organizacionais;
- 2.11.4.2.13.7.** Conhecimento da estrutura de negócios;
- 2.11.4.2.13.8.** Análise das partes interessadas;
- 2.11.4.2.13.9.** Engenharia de Requisitos;
- 2.11.4.2.13.10.** Análise de benefícios de custos;
- 2.11.4.2.13.11.** Modelagem de Processos;
- 2.11.4.2.13.12.** Compreensão de redes, bancos de dados e outras tecnologias.
- 2.11.4.3. Atribuições técnicas:**

2.11.4.3.1. Os serviços de administração deverão ser prestados em horário de expediente administrativo da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado, isto é, 08 (oito) horas por dia, 05 (cinco) dias por semana, devendo cumprir escala de sobreaviso para acionamento fora do horário de expediente mediante requisição de horas extras adicionais ao contrato original;

- 2.11.4.3.2.** Levantamento e capacidade de Análise dos processos da empresa;
- 2.11.4.3.3.** Modelar os processos;
- 2.11.4.3.4.** Documentar os processos;
- 2.11.4.3.5.** Automatizar os processos
- 2.11.4.3.6.** Monitorar os processos;
- 2.11.4.3.7.** Identificar evoluções e correções dos processos;
- 2.11.4.3.8.** Promover a melhoria contínua dos processos; e

2.11.4.3.9. Deverão ser observadas as normas de segurança no trabalho, com EPI e cursos necessários a cargo da CONTRATADA.

2.12. Composição e critérios de mensuração da Remuneração

2.12.1. Formação dos Preços

2.12.1.1. A título de remuneração pelos serviços a serem executados pela CONTRATADA, a Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado – CBPM pagará um preço mensal correspondente a somatória do valor-hora de cada serviço contratado e efetivamente utilizado;

2.12.1.2. A remuneração refletirá a real utilização dos serviços, compreendido entre o intervalo de 0 (zero) até o limite máximo estabelecido no item 2.13.3.1. e demais estabelecidos neste Termo de Referência, não cabendo qualquer penalidade a Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado na ocorrência desta variação;

2.12.1.3. A remuneração mensal referir-se-á, sempre, ao mês calendário, considerada a efetiva utilização dos serviços contratados, obedecendo aos Critérios de Medição definidos no item 2.13.2.

2.12.2. Critérios de Medição dos Serviços – Os serviços contratados serão aferidos com base nos seguintes critérios:

2.12.2.1. Métrica hora-recurso, esta métrica deverá ser aplicada para remuneração dos seguintes serviços:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



Item	Recursos Gerenciados	Métrica
2.12.1.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas	Hora–recurso
2.12.2.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas	Hora–recurso
2.12.3.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas	Hora–recurso
2.12.4.	Análise de Processos e Negócios de TIC	Hora–recurso

2.12.2.2. Os serviços de Recursos Gerenciados serão aferidos mensalmente pelo critério da efetiva prestação de serviços, com base na somatória do número de horas técnicas (Σht) prestadas pelo recurso humano durante o mês faturado, consoante a seguinte fórmula:

$$HTMLr\ 1\sim n = \Sigma ht$$

Onde: HTMLr 1~n = horas técnicas mensais de efetiva prestação de serviços por tipo de recurso;

ht = horas técnicas prestadas pelo recurso.

2.12.3. Horas Técnicas Contratadas – Para fins de projeção de custos e de composição da Proposta Comercial, o contrato contempla as seguintes estimativas por atividade multiplicada por 30 (trinta) meses (prazo do contrato):

2.12.3.1. Hora–recurso:

Atividade	HTM/A	Qtd Meses	Quantidade máxima de horas recursos
hora–recurso 8X5	840	30	25.200
Total de Horas Técnicas (TGHT)			25.200

2.12.3.2. Horas Técnicas Mensais por Atividade (HTM/A) – Por força do regime de execução contratual, para os serviços cuja métrica é a de hora–recurso, tendo em vista ser uma atividade na qual existe a necessidade de emprego dos recursos em horários adversos, será admitida a variação das Horas Técnicas Mensais por Atividade (HTM/A), conforme tabela abaixo:

Item	Recursos Gerenciados	HTM/A Mínimo	HTM/A Máximo
2.12.1.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas	0	336
2.12.2.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas Web – Front–End	0	168
2.12.3.	Análise de Data Center, Rede e Segurança de Dados	0	168
2.12.4.	Análise de Processos e Negócios de TIC	0	168



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



2.12.3.3. No período de vigência contratual, o objeto de contratação está limitado aos índices previsto no item 2.13.3.1;

2.12.3.4. Eventuais acréscimos aos quantitativos de horas técnicas esta condicionado à disponibilidade de recursos orçamentários, financeiros e aos limites fixados nos artigos 65 §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e 62, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual n.º 6.544/89;

2.12.3.5. O CONTRATANTE realizará o controle diário dos serviços executados, computando as horas técnicas prestadas em planilha de controle própria, a qual será cotejada com o Relatório de Serviços e com a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada de acordo com o cronograma estabelecido em Contrato;

2.12.3.6. A CONTRATADA deverá ainda dispor de controle de ponto, de forma que se possa atestar as horas de comparecimento do recurso humano, independente do local.

2.12.3.7. Os recursos humanos alocados no contrato deverão portar crachá de identificação individual da contratante, durante o permanência nas instalações da CONTRATADA;

2.12.3.8. Nos casos de acionamento para atendimento de chamados (nesse caso, todos os chamados e ocorrências fora do horário do expediente não terão cômputo pecuniário de Horas Técnicas Adicionais (HTA), sendo considerado como garantia de disponibilidade do Ambiente Computacional);

2.12.3.9. Para os acionamentos fora dos dias e horários estabelecidos, a fim de atender demandas específicas nos casos onde não seja possível a sua execução em horário normal de trabalho pela complexidade ou disponibilidade do recurso, software ou aplicativo, ou ainda pelo nível de criticidade que o recurso computacional representa, será contabilizada as Horas Técnicas Adicionais (HTA) e\ou banco de horas conforme regras regidas pela CLT;

2.12.3.10. Para o caso do subitem acima, a quantidade de horas técnicas pagas obedecerá a quantidade efetivamente executada, limitada ao total previsto no item 2.12.3.2., ficando o excedente de horas a expensas da contratada, exceto em casos furtivos ou de força maior, devidamente apresentados os motivos do acionamento e justificado o seu mexo causal quanto a isenção da responsabilidade da CONTRATADO e homologado pela CONTRATANTE.

2.12.4. Cálculos dos Pagamentos

2.12.4.1. Os valores referentes aos pagamentos devidos à Contratada serão aferidos mensalmente de acordo com a prestação de Serviços, baseado no número de horas técnicas mensais (HTM) dedicadas ao objeto contratado, conforme segue:

$$VM = ((HTM * VHT) + (HTA * VHTA))$$

Onde:

VM = valor mensal

HTM = Horas Técnicas Mensais demandadas

VHT = valor da hora técnica

HTA = Horas Técnicas Adicionais



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



VHTA = Valor Hora Horas Técnicas Adicionais (valor igual da HTM).

2.12.5. Horas Técnicas Contratadas

2.12.5.1. Com base nos estudos efetuados necessários para atualização das novas demandas e no crescimento apresentado durante o período de contrato vigente, foram estimadas as quantidades de horas técnicas seguintes:

2.12.5.2. O Cálculo de Horas Técnicas Demandadas é estimado como padrão para o mês contendo 21 (vinte e um) dias úteis por recurso por mês, por exemplo: para o mês de fevereiro e os meses de 31 dias o cômputo será feito pela quantidade de dias úteis existentes;

2.12.5.3. Eventuais acréscimos aos quantitativos de horas técnicas contratadas estão condicionados à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1. Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

3.1.1. A licitante vencedora deverá apresentar atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica, que comprove que a licitante prestou ou vem prestando serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste edital, nos termos do inciso II do art. 30 da Lei Nº 8.666/93. Para o caso, a empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica comprovando, no mínimo 50% do estimado no edital;

3.1.2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como por aqueles que venham a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

3.1.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações;

3.1.4. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem a este contrato;

3.1.5. Designar, por escrito e no ato da assinatura deste Contrato, o preposto responsável pela fiel execução do objeto, outorgando-lhe poderes para a resolução de quaisquer ocorrências decorrentes no período de contratação;

3.1.6. Ter pleno conhecimento das condições locais onde serão prestados os serviços contratados;

3.1.7. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições CONTRATADAS, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993;

3.1.8. Em caso de afastamento sazonal de recurso alocados a CONTRATADA deverá providenciar a substituição em até 1 (um) dia útil a partir da data de afastamento, sem qualquer ônus a CONTRATANTE, visando a continuidade da prestação de serviço e dos projetos em curso;

3.1.9. O prazo máximo para a início da prestação de serviço pela CONTRATADA será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



3.1.10. Caso algum do recurso humano alocado no contrato não atenda ao especificado no TR – Termo de Referência, e ofertado na proposta no Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da notificação expedida pela CBPM;

3.1.11. A CONTRATADA deverá manter sob sigilo as informações que vier a tomar conhecimento por força da contratação, abstendo-se de divulgá-las;

3.1.12. Apresentar, por escrito e na data de início da execução do Contrato e sempre que solicitado pelo Gestor, a relação dos profissionais selecionados e os respectivos comprovantes de qualificação técnica, observadas a capacitação mínima exigida neste Termo de Referência e a capacitação ofertada na respectiva Proposta Comercial;

3.1.13. Assegurar a fiel observância, por parte de seus prepostos, das normas de conduta interna instituídas pela CONTRATANTE, promovendo a substituição dos funcionários desidiosos, tecnicamente desqualificados ou que não tenham se adequado às atividades executadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da Notificação escrita expedida pelo CONTRATANTE, sem que haja prejuízo ao Serviço Operacional do Ambiente Computacional do CBPM;

3.1.13.1. O mesmo prazo acima mencionado se aplica para os casos de substituição do funcionário em que a CONTRATANTE não der causa, garantindo que não haja interrupção dos serviços e nem falta do colaborador no ambiente, nos horários contratados e/ou acordados;

3.1.14. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de qualificação da empresa e do corpo técnico, exigidas na fase de licitação e para a celebração do Contrato;

3.1.15. Prestar os serviços contratados de acordo com as rotinas estabelecidas pelo CONTRATANTE, com fiel observância das Políticas, Normas, Procedimentos, Diretrizes, Rotinas existentes na CBPM e parâmetros técnicos, além das regras previstas na legislação aplicável à espécie;

3.1.16. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atender prontamente às reclamações sobre os serviços contratados;

3.1.17. Cumprir todas as disposições legais, federais e estaduais, e as posturas do município que interfiram na execução dos serviços;

3.1.18. Comunicar ao CONTRATANTE todas as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social ou Estatuto;

3.1.19. Todos os produtos gerados durante a vigência contratual (desenvolvimento, parametrização, customização, manutenção preventiva e corretiva do ambiente computacional, documentações, manuais, código fonte, processos e melhorias decorrentes da presente prestação de serviço, mesmo os de caráter intelectual, serão de propriedade Intelectual exclusiva da CBPM;

3.1.20. Todos os módulos, fontes, artefactos ou demais documentos produzidos deverão estar armazenados nos repositórios de dados corporativos, pertencentes ao patrimônio da CBPM;

3.1.21. A Contratada deverá encaminhar devidamente preenchida, o formulário de Avaliação, contendo os dados do funcionário e a função que exercerá, com 05 (cinco) dias de antecedência à data prevista para início das atividades;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



3.1.22. O início da execução das atividades dos funcionários estará condicionado à aprovação na Avaliação, podendo acarretar no atraso de sua apresentação à CBPM;

3.1.23. A planilha de Avaliação deverá ser entregue juntamente com os demais documentos comprobatórios para qualificação do funcionário de acordo com a atividade que o mesmo exercerá.

3.1.24. Apresentar os planos de trabalhos, definindo as metas e os SLAs (*Service Level Agreement*) de cada tipo de Serviços previstos no item 2.4, para fins de análise e validação do Contratante)

3.1.25. Referente a Proteção de Dados Pessoais a CONTRATADA deverá:

3.1.25.1. Cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais;

3.1.25.2. Notificar o CONTRATANTE na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018;

3.1.25.3. Auxiliar o CONTRATANTE na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo;

3.1.25.4. Notificar ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018;

3.1.25.5. Adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança;

3.1.25.6. Auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

3.1.26. Assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

3.1.27. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

3.1.28. Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

3.2. Obrigações e Responsabilidades da CONTRATANTE:

3.2.1. Indicar os locais de prestação dos serviços;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



3.2.2. Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento;

3.2.3. Efetuar pagamentos de acordo com estabelecido em contrato;

3.2.4. Disponibilizar local para a realização da prestação de serviço;

3.2.5. Disponibilizar a infraestrutura (*hardware* e *software*) para a realização da prestação de serviço;

3.2.6. Analisar e aprovar os planos de trabalhos, definidos metas e os *SLAs* (*Service Level Agreement*) de cada tipo de Serviços previstos no item 2.4, apresentados pelo CONTRATADO;

3.2.7. Disponibilizar servidor para a instalação do Software de Gerenciamento.

3.2.8. Fiscalização/Controle da Execução dos Serviços:

3.2.8.1. A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais;

3.2.8.2. A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato;

3.2.8.3. À CONTRATANTE é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

3.2.9. Vigência do Serviço – A vigência do objeto da prestação de serviço será realizada nas seguintes condições:

3.2.9.1. O Contrato firmado terá prazo de vigência de 30 (trinta) meses, contados da data da assinatura do termo respectivo;

3.2.9.2. A data de início da vigência será após a alocação dos recursos humanos pela CONTRATADA, e início da prestação de serviços no ambiente computacional da CBPM;

3.2.9.3. A critério da Administração, admitir-se-á a prorrogação da vigência contratual até o limite máximo de vigência de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidas pela legislação vigente (artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93);

3.2.9.4. A oposição da CONTRATADA à prorrogação do Contrato deve ser apresentada mediante notificação escrita, recepcionada pela Administração em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência, antecedentes à data de expiração da vigência contratual;

3.2.9.5. A vigência contratual nos exercícios orçamentários subsequentes ao da assinatura do Contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos para atender as despesas decorrentes da contratação, previamente aprovados nas Leis Orçamentárias de cada exercício;

3.2.9.6. A resolução do Contrato com base na condição estipulada acima extingue a sua vigência, sem direito a qualquer espécie de indenização em favor da CONTRATADA;

3.2.9.7. A iniciativa da prorrogação do prazo de vigência contratual constitui ato discricionário e exclusivo da Administração e a sua falta não gerará direito de qualquer espécie à CONTRATADA;

3.2.9.8. As prorrogações do prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração de Termo de Aditamento do Contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal n.º 8.666/93.

3.2.10. Recebimento – O recebimento do objeto da prestação de serviço será realizado nas seguintes condições:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



3.2.10.1. Recebimento Provisório: até o quinto dia útil do mês subsequente, a CONTRATADA apresentará os Relatórios de Prestação de Serviços do mês faturado na Seção de Transporte e Serviços (STS) da CBPM, estes contendo os dados quantitativos totais do mês em que fora prestado do serviço, especificando cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados para fins de verificação de conformidade contratual, bem como para fins de verificação do pleno atendimento do Acordo de Níveis de Serviço;

3.2.10.2. No prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do protocolo de entrada do Relatório de Prestação de Serviços, o Gestor do Contrato realizará o confronto das informações do mês faturado e emitirá o Termo de Recebimento Provisório ou restituirá o relatório para fins de correção;

3.2.10.3. Recebimento Definitivo: no prazo de até 01 dia útil, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos comprovantes de arrecadação de tributos e contribuições federais, estaduais e municipais e do Relatório de Prestação de Serviços do mês faturado;

3.2.10.4. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do protocolo de entrada da Nota Fiscal/Fatura e da documentação tributária que a instrui, o Gestor do Contrato procederá a verificação de conformidade legal dos documentos expedidos e realizará o confronto das informações contidas na Nota Fiscal/Fatura com o Relatório de Prestação de Serviços homologado, emitindo o Termo de Recebimento Definitivo ou restituindo a documentação para correção.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Não será admitida a oferta de Serviço parcial, assim compreendida como a proposta fracionada em quantitativos e qualitativos inferiores ao estabelecido ao pleno funcionamento, rendimento e estabilidade do serviço ofertado;

4.2. A Contratada deverá prover solução de contorno para manutenção dos serviços atualmente executados caso haja atraso, retardo ou qualquer outra impossibilidade de início da execução da solução contratada, enquanto perdurar o retardamento do início dos serviços, sem prejuízo das aplicações das sanções cabíveis;

4.3. A partir do terceiro mês antes da extinção e até a data do efetivo término do contrato de prestação dos Serviços, bem como em caso de rescisão, a CONTRATADA obriga-se, neste ato, a prestar para o CONTRATANTE ou a terceiro por ela designado, toda a assistência a fim de que os Serviços continuem sendo prestados sem interrupção ou efeito adverso, e que haja uma transferência ordenada dos Serviços para o CONTRATANTE ou a seu designado ("Assistência em Rescisão/ Extinção");

4.4. A CONTRATADA compromete-se também a fornecer ao CONTRATANTE, ou a terceiro por ela designado, toda a documentação relativa a prestação dos Serviços que esteja em sua posse, em formato técnico inteligível conforme padrões da ITIL® v3 (*Information Technology Infrastructure Library*);

4.5. A devolução da capacidade para executar os serviços inclui a transferência de conhecimento, que será realizado por meio de treinamento disponibilizado pela CONTRATADA para os funcionários ou terceiros indicados pelo CONTRATANTE;

4.6. Devolução dos equipamentos e bens de propriedade do CONTRATANTE, incluindo, mas não limitado aos listados nas cláusulas do contrato e os bens intangíveis, como software, descrição de processos e rotinas de diagnóstico;

4.7. Preparar rotina a ser executada sob solicitação da área de TIC para preparação de dados do CONTRATANTE, que então sob a guarda da CONTRATADA a serem transferidos para novas bases de dados;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- 4.8.** Devolver documentação de processos, procedimentos, scripts desenvolvidos em conjunto ou não com o CONTRATANTE durante a prestação dos serviços;
- 4.9.** Participar, em conjunto com o CONTRATANTE, sob sua solicitação, da elaboração do plano de transferência;
- 4.10.** A CONTRATADA deverá efetuar a comunicação da conclusão da implantação da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ao Gestor de Contrato de maneira formal por meio de documento em papel timbrado da empresa e devidamente assinado pelo preposto designado para o contrato;
- 4.11.** A CONTRATADA responderá diretamente pela execução do objeto contratado, sendo-lhe defesas a cessão e a transferência total ou parcial do objeto e das obrigações fixadas em Contrato;
- 4.12.** Todos os esclarecimentos sobre este Projeto Básico serão prestados pela Diretoria de Administração da CBPM, mediante consulta por escrito, remetida para o site www.bec.sp.gov.br.

São Paulo, 29 de Julho de 2022.

ROGERIO CABRAL CAMARGO
Ten Cel PM – Encarregado de TIC-AMH – CBPM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



APÊNDICE 1 DO ANEXO I

MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

- *Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelo representante legal da Contratada*

A Contratada _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, com sede em _____, doravante designada Signatário, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

- *Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelos profissionais da Contratada*

_____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do contrato ____/____.

2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, *pen drives*, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.

4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.

5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.

6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.

9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu:

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

_____, ____ de _____ de _____.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

Item Único	Referência Especificação Técnica	Descrição/Especificação	Valor Unitário da HTM	Quant. HTM	Valor Mensal
01 - OUTSOURCING DE MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS E DE PROCESSOS).	2.12.1.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas		336	R\$ -
	2.12.2.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas Web – Front-End		168	R\$ -
	2.12.3.	Análise de Data Center, Rede e Segurança de Dados		168	R\$ -
	2.12.4.	Análise de Processos e Negócios de TIC		168	R\$ -
Valor Mensal Total					R\$

Validade da Proposta: 60 (sessenta dias)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ANEXO III

ANEXO III.1

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º–C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º–D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ANEXO III.2

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO
LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ANEXO III.3

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Clique aqui para digitar texto.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ANEXO III.4

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007
(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.5 DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferiu Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ANEXO IV

**RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE MULTAS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS
NO ÂMBITO DA PASTA OU AUTARQUIA**

Resolução SSP–333, de 9–9–2005

Dispõe sobre a aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e inciso II do artigo 81 da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89, nos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, no âmbito da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O Secretário da Segurança Pública, nos termos artigo 3º do Decreto 31.138, de 09.01.90, resolve:

Artigo 1º – A aplicação de multas, a que se referem os artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666 de 21.06.93, e alterações que lhe foram incorporadas, e os artigos 79, 80, 81 inciso II, da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2º – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a multa correspondente a 20% do valor do ajuste ou multa correspondente à diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

Artigo 3º – A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste ou multa correspondente à diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

Artigo 4º – A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova licitação, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

Artigo 5º – O descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente para entrega de materiais, execução de etapas ou conclusão de obras e serviços com prazos determinados, ensejarão a aplicação das seguintes multas, que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

I – Atraso de até 15 dias = 0,2% por dia de atraso

II – Atraso de 16 a 30 dias = 0,3% por dia de atraso

III – atraso de 31 a 60 dias = 0,4% por dia de atraso

§ 1º – o atraso superior a 60 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso;

§ 2º – nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

§ 3º – nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

Artigo 6º – O descumprimento das obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento, ensejará a aplicação de multa de 5% que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.

Artigo 7º – As multas serão aplicadas na seguinte conformidade:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- I – Recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato = 20% do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.
- II – Inexecução total = 30% do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.
- III – inexecução parcial = 20% do valor referente às obrigações não cumpridas ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.
- IV – Atraso de até 15 dias = $0,2\% \times \text{dias de atraso} \times \text{valor referente às obrigações não cumpridas}$.
- V – Atraso de 16 a 30 dias = $0,3\% \times \text{dias de atraso} \times \text{valor referente às obrigações não cumpridas}$.
- VI – Atraso de 31 a 60 dias = $0,4\% \times \text{dias de atraso} \times \text{valor referente às obrigações não cumpridas}$.
- VII – descumprimento de critérios e condições previstas nos contratos de prestação de serviços contínuos = $5\% \times \text{valor mensal do contrato}$.

Artigo 8º– Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

§ 1º– Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

Artigo 9º – O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à Contratada decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, por meio de guia de recolhimento, no prazo de até 05 dias contados da publicação da multa no Diário Oficial do Estado de São Paulo ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

§ 1º – O pagamento da multa deverá ser devidamente comprovado perante a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, sendo aplicados juros moratórios de 0,5% ao mês às multas não recolhidas até o vencimento.

§ 2º – Se o pagamento da multa imposta ao contratado não for efetuado dentro do prazo de 05 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sua cobrança será feita judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 10 – A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, na Lei Estadual nº 6.544, de 22.11.89 e na Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02 e suas alterações.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



Parágrafo primeiro – Para as sanções previstas nos incisos III e IV dos artigos 87 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e 81 da Lei Estadual nº 6.544, de 22.11.89, bem como, no artigo 7 da Lei Federal 10.520, de 17.07.02, deverá ser observado o disposto no Decreto 48.999, de 29.09.04 e na Resolução CC–52 de 19.07.2005.

Parágrafo segundo – A autoridade competente para aplicação das sanções referidas no parágrafo anterior, após o julgamento dos recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, providenciará a sua imediata divulgação no sítio eletrônico "www.sanções.sp.gov.br" considerando que o mesmo é acessado a cada licitação/contratação efetuada pela Administração.

Artigo 11 – As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra.

Artigo 12 – As disposições desta Resolução aplicam-se também às obras, serviços ou compras realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 13 – "Da aplicação das multas previstas nesta Resolução caberá recurso no prazo de 5 dias úteis, conforme o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93".

Artigo 14 – As normas estabelecidas nesta resolução deverão constar, obrigatoriamente, em todos os instrumentos convocatórios das licitações e nos contratos firmados para fornecimentos, obras ou serviços.

Artigo 15 – Aos casos não previstos nesta Resolução aplicam-se as disposições pertinentes da Lei Federal 8.666, de 21.06.93, da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89 e atualizações posteriores.

Artigo 16 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SSP–111/91.

Resolução SSP–92, de 23–10–2019

Altera a Resolução SSP – 333, de 09–09–2005, que dispõe sobre a aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e inciso II do artigo 81 da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89, nos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo O Secretário da Segurança Pública, nos termos do artigo 12, inciso I, alínea "b", da Lei 10.177/1998 e artigo 3º do Decreto 31.138/1990, resolve:

Artigo 1º – O artigo 4º da Resolução SSP–333, de 09–09– 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 4º – A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa, na seguinte conformidade:

I – 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova licitação, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor;

II – 20% calculada sobre o valor do bem ou serviço, no caso de deixar de substituir ou reparar o objeto que apresentar falhas ou defeitos, durante o período de garantia contratual".

Artigo 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Publicado no Diário Oficial nº 129, de 24/10/2019)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ANEXO V

TERMO DE CONTRATO

PROCESSO Clique aqui para digitar texto. n.º Clique aqui para digitar texto.

PREGÃO ELETRÔNICO Clique aqui para digitar texto. n.º **XX/20XX**

CONTRATO Clique aqui para digitar texto. n.º Clique aqui para digitar texto.

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE__A CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, **POR MEIO DO(A) _____** E Clique aqui para digitar texto., TENDO POR OBJETO **A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS, ANÁLISE DE PROCESSOS E NEGÓCIOS, COM GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO OPERACIONAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES E DEMANDAS EXISTENTES, GARANTINDO OS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (OUTSOURCING DE MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS E DE PROCESSOS)**

A CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, por intermédio do(a) Clique aqui para digitar texto., doravante designado(a) “CONTRATANTE”, neste ato representada pelo Senhor(a) Clique aqui para digitar texto., RG nº Clique aqui para digitar texto. e CPF nº Clique aqui para digitar texto., no uso da competência conferida pelo Decreto–Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e Clique aqui para digitar texto., inscrita no CNPJ sob nº Clique aqui para digitar texto., com sede Clique aqui para digitar texto., a seguir denominada “CONTRATADA”, neste ato representada pelo(a) Senhor(a)

_Clique aqui para digitar texto. Clique aqui para digitar texto., portador do RG nº Clique aqui para digitar texto. e CPF nº Clique aqui para digitar texto.,

em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando–se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC–27, de 25 de maio de 2006, aplicando–se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP–10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços especializados de manutenção, análise e desenvolvimento de sistemas, data center, rede e segurança de dados, análise de processos e negócios, com gerenciamento e monitoramento operacional para suprir as necessidades e demandas existentes, garantindo os serviços de tecnologia da informação e comunicação do ambiente computacional da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado (outsourcing de manutenção, desenvolvimento de sistemas, data center, rede e segurança de dados e de processos), conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelas normas mencionadas no preâmbulo durante toda a sua vigência, nos termos do artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ter início em até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do Contrato, no local indicado no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES

O contrato terá vigência de **30 (trinta) meses, a contar da data estabelecida para início dos serviços.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



PARÁGRAFO TERCEIRO

Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO

A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

PARÁGRAFO QUINTO

Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.

PARÁGRAFO SEXTO

Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I – zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III – cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

IV – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V – dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

VI – prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

VII – responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

VIII – responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS



Fls. ____
Rubrica ____

- IX – manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
- X – substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;
- XI – arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;
- XII – apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;
- XIII – identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
- XIV – obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- XV – implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;
- XVI – reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
- XVII – guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- XVIII – manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
- XIX – submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- XX – fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;
- XXI – prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.
- XXII – cumprir as demais obrigações contidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

- I – exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
- II – fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- III – efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- IV – Indicar o fiscal e o gestor do contrato, funcionários da CBPM, responsáveis pela fiscalização dos serviços;**
- V – permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;**
- VI – observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes (“Lei Federal nº 13.709/2018”).**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS



Fls. ____
Rubrica ____

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço mensal total estimado de R\$ _____ (_____), perfazendo o total estimado de R\$ _____ (_____), mediante os seguintes valores unitários:

Item Único	Referência Especificação Técnica	Descrição/Especificação	Valor Unitário da HTM	Quant. HTM	Valor Mensal
01 - OUTSOURCING DE MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, DATA CENTER, REDE E SEGURANÇA DE DADOS E DE PROCESSOS).	2.12.1.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas		336	R\$ -
	2.12.2.	Análise de Desenvolvimento/Programação de Sistemas Web – Front-End		168	R\$ -
	2.12.3.	Análise de Data Center, Rede e Segurança de Dados		168	R\$ -
	2.12.4.	Análise de Processos e Negócios de TIC		168	R\$ -
Valor Mensal Total					R\$

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e

quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os preços a que se refere o caput serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = P_0 \left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} - 1 \right) \right]$$

Onde:

- **R = parcela de reajuste;**
- **P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;**
- **IPC/IPC0 = variação do IPC FIPE – Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.**

PARÁGRAFO QUARTO

A periodicidade anual de que trata o Parágrafo Terceiro será contada a partir da data de apresentação da proposta, que será considerada a data de referência dos preços.

CLAUSULA OITAVA –DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o **crédito orçamentário** _____, de classificação funcional programática _____ e categoria econômica _____.

PARÁGRAFO ÚNICO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA – DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Os serviços executados serão objeto de medição mensal, de acordo com os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Até o quinto dia útil subsequente ao mês em que forem prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



- a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados.
- b) A realização dos descontos indicados na alínea “a” não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO

Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, no prazo de 3 (Três) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura ao Contratante, sito Na Rua Alfredo Maia, 218 – Luz – São Paulo, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, conta nº _____, Agência nº _____, de acordo com as seguintes condições:

I – em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.

II – A discriminação dos valores dos serviços deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO

A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I – Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II – Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

- a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.
- b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III – Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
- b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

PARÁGRAFO SEXTO

Por ocasião da apresentação ao CONTRATANTE da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos termos da legislação vigente.

I – As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e tomador de serviço.

II – Se por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, poderá ser apresentada cópia da documentação comprobatória do recolhimento referente ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para recolhimento.

III – a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

PARAGRAFO SÉTIMO

Nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/1991 e da Instrução Normativa MPS/RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, a CONTRATANTE deverá efetuar a retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher a importância



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS



Fls. ____
Rubrica ____

retida, em nome da CONTRATADA, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou, se não houver expediente bancário naquele dia, até o dia útil imediatamente anterior.

I – Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”, sendo que:

a) poderão ser deduzidos da base de cálculo da retenção, os valores dos custos de fornecimento incorridos pela CONTRATADA a título de vale-transporte e de vale-refeição, nos termos da legislação própria. Tais parcelas deverão estar discriminadas no documento de cobrança.

b) a falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança impossibilitará a CONTRATADA de efetuar sua compensação perante o INSS, ficando a critério do CONTRATANTE proceder à retenção e ao recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança, ou, em alternativa, devolvê-lo à CONTRATADA.

II – Quando da apresentação do documento de cobrança, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

a) cópia da folha de pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a Unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os segurados colocados à disposição desta e informando:

- nome dos segurados;
- cargo ou função;
- remuneração discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias;
- descontos legais;
- quantidade de quotas e valor pago à título de salário-família;
- totalização por rubrica e geral;
- resumo geral consolidado da folha de pagamento; e

b) demonstrativo mensal assinado por seu representante legal, individualizado por CONTRATANTE, com as seguintes informações:

- nome e CNPJ do CONTRATANTE;
- data de emissão do documento de cobrança;
- número do documento de cobrança;
- valor bruto, retenção e valor líquido (recebido) do documento de cobrança.
- totalização dos valores e sua consolidação.

c) os documentos solicitados nas alíneas anteriores deverão ser entregues ao CONTRATANTE na mesma oportunidade da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO QUINTO

Para cominação de multas, observar-se-á o contido na Resolução SSP/SP nº.333/2005, com as alterações da Resolução SSP/SP nº.92/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A garantia de execução contratual, quando exigida pelo CONTRATANTE em decorrência da celebração do contrato, deverá obedecer às normas previstas no Edital indicado no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA deve cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no *caput* do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA deve:

- I – notificar o CONTRATANTE na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e
- II – quando for o caso, auxiliar o CONTRATANTE na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.

PARÁGRAFO QUINTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



A CONTRATADA deve notificar ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO

A CONTRATADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A CONTRATADA deve auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO

Na ocasião do encerramento deste Contrato, a CONTRATADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, conforme decisão do CONTRATANTE, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito, ao CONTRATANTE, o cumprimento desta obrigação.

PARÁGRAFO NONO

A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo CONTRATANTE ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DEZ

Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.

PARÁGRAFO ONZE

A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções do CONTRATANTE relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DOZE

Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONTRATADA ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TREZE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – STS

Fls. ____
Rubrica ____



É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONTRATADA, para fora do território do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
- b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, ____ de _____ de 20XX.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(nome, RG e CPF)

(nome, RG e CPF)